

Mercado de trabalho na RMPA: desempenho desfavorável no primeiro semestre de 1997

*André Luiz Leite Chaves**

O primeiro semestre do ano é tradicionalmente um período de retração sazonal da atividade econômica, principalmente a partir de fevereiro, quando se observa queda das atividades industrial e comercial. O mercado de trabalho costuma apresentar decréscimos do nível de ocupação e aumento do nível de desemprego, em função da eliminação de mão-de-obra pela indústria e pelo comércio, tendo em vista o encerramento da formação de estoques no lado da produção, a redução da sua comercialização, passadas as festas de final de ano, e a concentração de gozo de férias característica dos primeiros meses do ano.

Tal comportamento do mercado de trabalho pode ser observado através do exame dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) relativos aos primeiros sete meses de 1997 — período de referência deste artigo. De fato, nesse intervalo de tempo, observou-se que a criação de postos de trabalho não foi suficiente para absorver o crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) e para atenuar o desemprego. Além disso, verificou-se que o incremento no nível geral de ocupação ocorreu primordialmente no setor serviços e, por posição na ocupação, no emprego formalizado, isto é, entre os assalariados

* Economista, Técnico da FEE e Professor da FAPCCA.

O autor agradece à Socióloga Miriam De Toni e à Estatística Marilene Dias Bandeira pelas diversas formas de apoio na execução deste texto.

do setor privado com carteira assinada. Não obstante, aquelas categorias de trabalhadores com inserção mais precária no mercado de trabalho da RMPA — autônomos e empregados domésticos — também registraram um pequeno crescimento, como usualmente ocorre nesse período.

Outro fato observado foi a desaceleração do crescimento do rendimento médio do trabalho, o qual vinha obtendo ganhos reais desde julho de 1994, mês da implantação da nova moeda — o real. Após um período de crescimento observado do início de 1996 até novembro, os rendimentos médios reais do total dos ocupados apresentaram quedas, apesar de se encontrarem ainda em patamar ligeiramente superior, no primeiro semestre de 1997, aos do mesmo período do ano anterior. Já para os salários, a evolução foi menos favorável, tendo-se registrado pequeno decréscimo no salário médio real, na mesma comparação, invertendo o comportamento ascendente verificado no primeiro semestre de 1996 relativamente ao mesmo período de 1995.

1 - O emprego na Região Metropolitana de Porto Alegre, no primeiro semestre de 1997

Nos primeiros sete meses de 1997, a População Economicamente Ativa apresentou oscilações no número de seu contingente, permanecendo em patamares elevados em relação ao mesmo período do ano passado, conforme demonstra o Gráfico 1. O número médio de participantes no mercado de trabalho, no período analisado, foi de 1.526 mil pessoas, 23 mil a mais que em 1996.

Esse crescimento da PEA foi mais marcante entre as mulheres do que entre os homens, visto que a PEA feminina teve um crescimento médio, no período, de 1,8%, enquanto a masculina cresceu 1,4%.

No que diz respeito à desagregação por faixa etária, ocorreu uma elevação da PEA para todas as faixas acima de 18 anos, sendo mais expressivos os aumentos entre as pessoas de 25 a 39 anos (23 mil) e para aquelas com 40 anos ou mais de idade (12 mil). Ao contrário, entre os mais jovens, observou-se a saída de 16 mil indivíduos do mercado de trabalho na RMPA. Esse fato pode estar vinculado à tendência de adiamento da entrada precoce dos jovens na PEA e à sua permanência mais prolongada na escola, induzida, em parte, por alterações na própria procura por trabalho, como de-

corrência da reestruturação produtiva em curso, que estaria a exigir mão-de-obra melhor qualificada.

Em termos gerais, como o aumento relativo da PEA foi inferior ao verificado na População em Idade Ativa (PIA) — mais 66 mil pessoas —, a taxa global de participação¹ média recuou de 54,7% em 1996 para 54,2% em 1997. Tal comportamento acabou atenuando o incremento do desemprego no período.

O decréscimo da taxa global de participação refletiu-se na diminuição de 2,1% da taxa de participação feminina, confirmando uma tendência de queda que já vinha ocorrendo entre os anos de 1995 e 1996, uma vez que a dos homens apresentou elevação de 0,6%, conforme retrata o Gráfico 2.

A retração da taxa de participação ocorreu de forma generalizada para todo o conjunto dos jovens. A queda mais acentuada foi registrada para a faixa etária de 10 a 17 anos (-12,9%), tendo sido de 2,5% para os indivíduos entre 18 e 24 anos de idade.

O nível de ocupação na RMPA decresceu a partir de fevereiro de 1997, chegando, nos meses de junho e julho deste ano, a um contingente de pessoas ocupadas menor que nos mesmos meses do ano passado, conforme se pode observar no Gráfico 3. Tal comportamento, normal na primeira metade do ano, é influenciado por fatores sazonais de retração da atividade econômica.

Contudo o número médio de ocupados na Região até julho (1.312 mil pessoas) foi superior em 11 mil ao registrado no mesmo período do ano anterior. Como reflexo do crescimento maior da taxa de participação masculina, o aumento do nível de ocupação foi mais marcante para os homens (9 mil) do que para as mulheres (2 mil). De forma análoga, os trabalhadores nas faixas etárias acima dos 25 anos ocuparam mais 27 mil postos de trabalho, enquanto os mais jovens experimentaram uma redução de 16 mil no número de ocupações.

Desagregando-se por setor de atividades, o setor serviços foi o responsável pela maior parte da criação de empregos, com 22 mil postos, enquanto o comércio colaborou com 7 mil. A grande responsável pela queda no número de ocupados nos primeiros sete meses de 1997 foi a indústria de trans-

¹ A taxa global de participação indica a proporção de pessoas com 10 anos e mais incorporadas ao mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas.

formação, que eliminou 21 mil empregos, conforme pode ser visto no Gráfico 4.

A perda de postos na indústria da RMPA já vem sendo captada pela PED desde 1993, fruto, talvez, de uma maior abertura do mercado frente à concorrência internacional. Embora sempre exista a eliminação de postos de trabalho pela indústria nos primeiros meses do ano, em função de fatores sazonais, os primeiros cinco meses de 1997 apresentaram quedas surpreendentes, acumulando 40 mil ocupações no período. Comparando-se maio/93 com maio/97, o nível ocupacional da indústria diminuiu 22,5%, em decorrência da eliminação de 69 mil postos de trabalho nesse período. As maiores retrações ocorreram nas indústrias calçadista (38 mil), química (8 mil), mecânica (7 mil) e eletrônica (7 mil).

Ao analisar-se o aumento do nível global de ocupação ocorrido nos sete primeiros meses de 1997 frente ao mesmo período do ano anterior, observa-se que tal evolução esteve associada ao aumento do número de trabalhadores em quase todas as posições ocupacionais. A exceção ficou por conta dos assalariados do setor público (-7 mil) — o qual vem passando por um processo de ajuste que inclui, principalmente, a redução do número de funcionários — e dos trabalhadores ocupados na categoria outros — que engloba empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc. —, que também sofreu retração de 7 mil postos de trabalho.

Quanto aos grupos que apresentaram crescimento na ocupação, constatou-se a criação de 13 mil postos entre os assalariados do setor privado, 11 mil entre os autônomos e 2 mil no emprego doméstico, conforme o Gráfico 5.

Um fato que chama atenção na análise da composição do emprego segundo o tipo de inserção no mercado de trabalho é que a maior parte da expansão se deu através da condição de trabalhador do setor privado com carteira assinada, que respondeu por 16 mil postos de trabalho gerados na média da primeira metade de 1997. Já o emprego sem carteira sofreu retração de 4 mil ocupações, quando se comparam intervalos de tempo equivalentes em 1997 e 1996. A participação do trabalho com carteira sobre o total de ocupados variou de 44,4% entre janeiro e julho de 1996 para 45,3% no mesmo período de 1997.

Essa alteração na composição do emprego por posição na ocupação se traduziu numa relativa estabilização do grau de precarização do mercado de trabalho na RMPA, no período analisado. Isto é, a taxa de precarização média, entendida aqui como a proporção de desempregados, empregados do

setor privado sem carteira assinada e autônomos na PEA, que foi de 38,4% no período jan.-jul./96, passou para 38,8%, considerando-se os mesmos meses de 1997.

O comportamento do grau de precarização, como é retratado no Gráfico 6, após uma tendência de crescimento nos primeiros cinco meses de 1996, apresentou tendência declinante até o final daquele ano. A partir de janeiro de 1997, há a retomada do comportamento ascendente, fazendo com que, nos meses de maio, junho e julho de 1997, os níveis de precarização se revelem semelhantes aos dos mesmos meses do ano passado.

2 - Desemprego elevado

Os dados da PED-RMPA indicam que os primeiros sete meses de 1997 foram caracterizados por altas taxas de desemprego. A taxa média de desemprego total na Região atingiu 14,0% da PEA, superando a taxa média de 13,5% registrada no mesmo período de 1996. O número médio de desempregados na região aumentou de 202 mil pessoas em 1996 para 214 mil em 1997. Não obstante o crescimento do nível ocupacional (11 mil postos de trabalho), o fraco desempenho desse indicador não possibilitou a incorporação de todas as 23 mil pessoas que ingressaram na PEA, implicando a ampliação do contingente de desempregados em 12 mil indivíduos no período analisado.

No Gráfico 7, nota-se que o desemprego aberto foi o único responsável pelo crescimento da taxa de desemprego total, uma vez que o desemprego oculto permaneceu no mesmo patamar do registrado no ano de 1996.²

A taxa de desemprego total, na primeira metade de 1997, apresentou um crescimento esperado, uma vez que, tradicionalmente, esses meses são

² Os conceitos do tipo de desemprego utilizados pela PED-RMPA são **desemprego aberto**, que engloba as pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias; **desemprego oculto pelo trabalho precário**, que compreende as pessoas que procuraram efetivamente trabalho nos 30 dias anteriores ao dia da pesquisa, ou nos últimos 12 meses, e que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado, realizam algum trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou realizam algum trabalho recebendo exclusivamente em espécie benefício, e **desemprego oculto pelo desalento e outros**, que abarca as pessoas sem trabalho e que não o procuraram nos últimos 30 dias por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

marcados por uma redução do dinamismo do mercado de trabalho. Passado esse período, observa-se tendência de diminuição paulatina do desemprego até dezembro. Contudo o ano de 1997 vem mostrando uma alteração no comportamento da taxa de desemprego aberto, que cresceu em praticamente todos os meses do ano até julho, quando normalmente tende a declinar a partir de maio.

Na análise do comportamento do desemprego segundo os atributos pessoais, a Pesquisa mostra variação positiva da taxa de desemprego em todos os grupos populacionais, com exceção dos indivíduos com 40 anos e mais de idade. Os aumentos foram mais significativos para os jovens com idade entre 18 e 24 anos (9,6%) e para os de 10 a 17 anos (8,3%). Já para os indivíduos entre 25 e 39 anos, que compõem a maior parcela da população ocupada, a taxa média de desemprego total cresceu 7,1% no período em foco.

A Tabela 1 mostra que, dos 214 mil desempregados na Região, 36,1% são pessoas entre 25 e 39 anos de idade, e 51,9% do total dos desempregados não concluiu o primeiro grau. A maioria destes são adultos com idade superior a 25 anos. A Pesquisa mostra também que a única alteração significativa entre os períodos analisados de 1996 e 1997, considerando-se o nível de instrução, é a perda de participação do segmento sem escolaridade ou com o primeiro grau incompleto, o qual representava 54,4% do total dos desempregados em 1996, passando para 51,9% em 1997. Por faixa etária, percebe-se a perda de participação dos jovens de 10 a 17 anos de idade, que passaram de 15,2% do total dos desempregados para 12,7% em 1997. Nas demais faixas etárias, ocorreram aumentos.

Um último comentário a respeito do desemprego está relacionado ao tempo médio despendido na procura de trabalho. O Gráfico 8 demonstra que o número de semanas gastas na procura de emprego, no transcorrer dos primeiros sete meses de 1997, foi sempre superior ao registrado no mesmo período do ano anterior e que a tendência, a partir de abril de 1997, é de crescimento. Em termos de médias anuais, a PED-RMPA constatou que o tempo gasto pelos desempregados na procura de trabalho, no período em análise, aumentou de 29 semanas em 1996 para 35 semanas em 1997. Para as pessoas em situação de desemprego aberto, esse período aumentou de 26 para 32 semanas e, para as que estavam em situação de desemprego oculto, passou de 39 para 42 semanas.

3 - Rendimentos diminuem o ritmo de crescimento

Os primeiros seis meses de 1997 mostraram uma relativa estabilidade no comportamento dos rendimentos reais dos ocupados e dos assalariados, ao contrário do que havia ocorrido ao longo dos anos de 1995 e de 1996, quando apresentaram tendência de crescimento, conforme se percebe no Gráfico 9.

Comparando-se os períodos de janeiro a junho dos anos de 1996 e de 1997, para o conjunto dos ocupados, registrou-se variação de 2,2% no rendimento médio real, o que elevou o seu valor para R\$ 580,00. Já para os assalariados, que, desde junho de 1995, estão com as suas remunerações desindexadas, ocorreu uma variação negativa de 0,7% na mesma comparação, ficando o salário médio em R\$ 560,00, conforme se vê na Tabela 2.

No que respeita às atividades do setor privado, serviços foi o único setor a experimentar variação negativa (-0,7%) no rendimento médio real. O comércio e a indústria apresentaram variações positivas de 1,7% e 1,0% respectivamente, segundo a Tabela 2. Considerando-se agora a posição ocupacional, a categoria dos autônomos foi a que obteve o crescimento mais expressivo (5,9%), seguida pela dos empregadores (3,3%).

A perda ocorrida no salário médio, no período analisado, teve como maior responsável a redução verificada no salário médio pago aos trabalhadores do setor público. A variação negativa de 1,2% sobre a média do período jan.-jun./96, aliada à redução do seu nível de ocupação, fez com que a participação do total dos salários do setor público sobre o montante total de salários na RMPA caísse de 32,5% no período jan.-jun./96 para 30,8% no mesmo período em 1997, indicando uma redução do gasto do Governo com pessoal.

Em relação ao critério do vínculo empregatício, a PED-RMPA captou uma variação positiva de 0,8% no rendimento médio dos trabalhadores que têm carteira assinada, sendo que, para os que não a possuem — cujos rendimentos já são, tradicionalmente, inferiores aos dos assalariados legalizados —, ocorreu queda de 4,9%. Tais resultados invertem o desempenho mais favorável que vinha se registrando na evolução do rendimento médio real dos assalariados sem vínculo legalizado nos anos precedentes, ao mesmo tempo em que amplia ainda mais o diferencial de salário *vis-à-vis* aos legalmente contratados (Gráfico 10). De fato, se, no período jan.-jun./96, os sem carteira auferiam rendimento equivalente a 71,7% do salário médio

dos trabalhadores com carteira assinada, essa relação cai para 67,6%, no mesmo período de 1997.

O rendimento médio real, nos primeiros seis meses de 1997, tanto para os homens quanto para as mulheres, registrou ganhos em relação ao mesmo período do ano passado, porém com incrementos maiores para os trabalhadores homens. Conforme retrata o Gráfico 11, o rendimento médio real dos indivíduos do sexo masculino apresentou uma variação de 3,5%, contra 1,6% para o das mulheres. Isso ampliou a já tradicional desvantagem das mulheres no tocante aos rendimentos do trabalho, fazendo com que, no período em questão, o rendimento médio das mulheres, que atingia 70,0% do valor do rendimento dos homens em 1996, caísse para 68,7% em 1997.

Os trabalhadores que lograram obter ganhos em relação ao mesmo período do ano anterior foram aqueles situados na faixa etária de mais de 40 anos de idade (5,1%) e os entre 25 e 39 anos (1,8%). Os mais jovens sofreram perdas — de 2,6% entre 10 e 17 anos de idade e de 2,9% para os entre 18 e 24 anos.

Outro aspecto a destacar quanto ao comportamento das rendas do trabalho refere-se à relação entre rendimento e escolaridade. Nesse particular, a evolução dos rendimentos médios no período em análise apresentou variações positivas para os grupos com maior e menor instrução e queda para os grupos intermediários.

O exame do Gráfico 12 revela, para os indivíduos sem escolaridade ou com o 1º grau incompleto, uma variação do rendimento médio real de 2,3% e, para os indivíduos que possuem o 3º grau completo, de 2,1%. Já entre aqueles que possuem o 2º grau completo ou o 3º grau incompleto, registrou-se perda de 5,2% nos seus rendimentos, e, entre os com o 1º grau completo ou o segundo incompleto, a perda foi de 2,2%.

4 - Conclusão

Com base no exposto neste artigo, percebe-se que o comportamento do mercado de trabalho na RMPA, na primeira metade de 1997, foi influenciado por fatores sazonais que diminuem o nível da atividade econômica. Uma das consequências desses fatores é o aumento natural que se verifica nas taxas de desemprego. Contudo o desempenho revelado no primeiro semestre de 1997 não foi favorável se comparado com o do mesmo período do ano de

1996. Apesar do crescimento do número de ocupações, este não chegou a suplantiar o crescimento da demanda por trabalho, representada pelo incremento da PEA, elevando os patamares do desemprego. Setores importantes na absorção de mão-de-obra estão empregando menos. Tal ocorreu com a indústria, que segue a tendência de eliminar postos de trabalho, devido à necessidade de reestruturar-se para fazer face à concorrência internacional, bem como com a administração pública, cuja reorganização em curso — ver, por exemplo, os programas de demissão voluntária, de incentivo à aposentadoria e as privatizações — se traduz numa diminuição do número de servidores públicos.

O desemprego no período analisado só não foi maior por causa da queda da taxa de participação, provocada sobretudo pela saída de jovens do mercado de trabalho na Região, fenômeno que vem sendo observado nos últimos tempos.

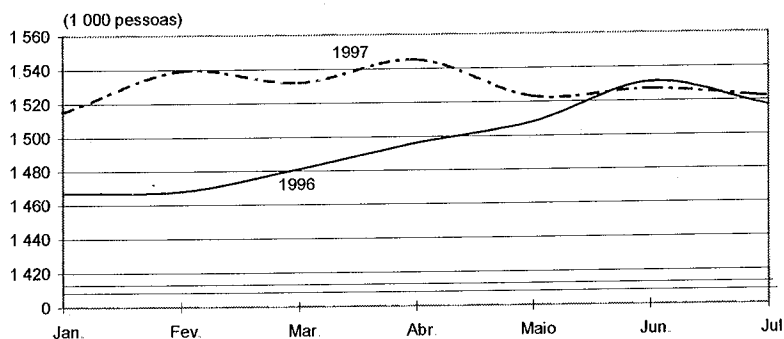
As perspectivas para os próximos meses, entretanto, permitem um certo grau de otimismo em função da retomada do ritmo da atividade econômica a partir do segundo semestre do ano, período em que setores como a indústria de transformação, o comércio e os serviços aumentam as suas contratações.

Uma outra característica que merece ressalva diz respeito ao grau de formalização das relações de trabalho, o qual apresentou um comportamento relativamente estável no período considerado, determinado pela retração do emprego sem carteira assinada. Isso representa um fato alentador, dadas as dificuldades para o mercado de trabalho nesse período do ano. Ainda que a RMPA possua uma taxa de precarização acima do que seria desejável, as perspectivas para o final do ano permitem esperar reduções, quando os fatores sazonais serão favoráveis a uma ampliação dos contratos formais.

Um último aspecto que merece ser destacado diz respeito à perda de dinamismo dos rendimentos reais no primeiro semestre do ano. O segmento que mais sofreu com isso foi o dos assalariados, que não possuem mais os seus rendimentos indexados e que vêm enfrentando dificuldades para a manutenção do emprego e/ou reingresso no mercado de trabalho, haja vista as elevadas taxas de desemprego e o aumento do tempo médio de procura por trabalho.

Gráfico 1

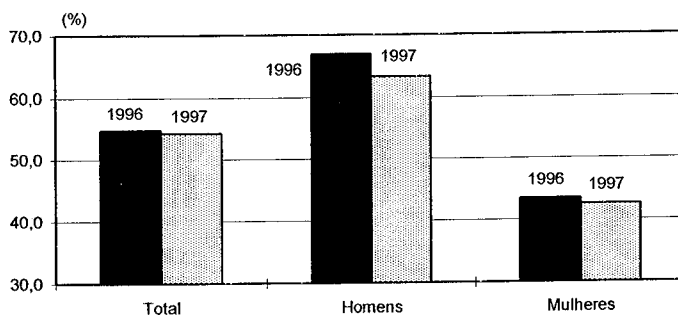
Estimativa da População Economicamente Ativa da RMPA — jan.-jul.1996/97



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

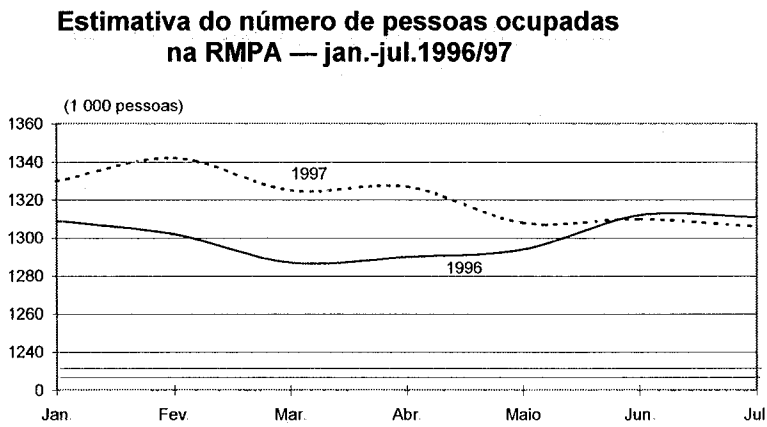
Gráfico 2

Taxa de participação média total, por sexo, na RMPA — jan.-jul.1996/97



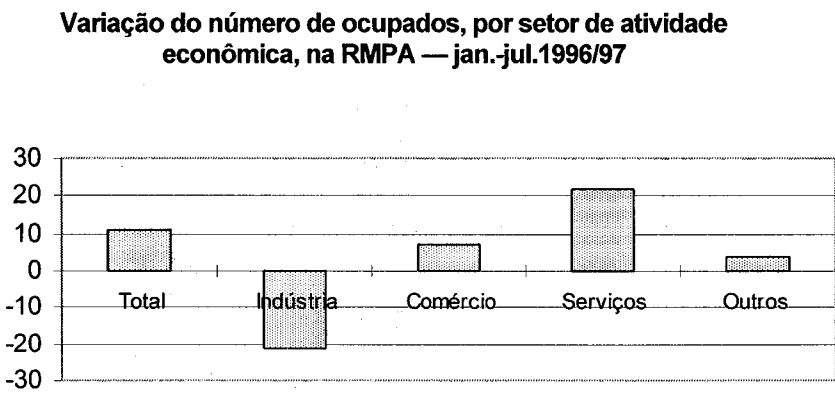
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Gráfico 3



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Gráfico 4

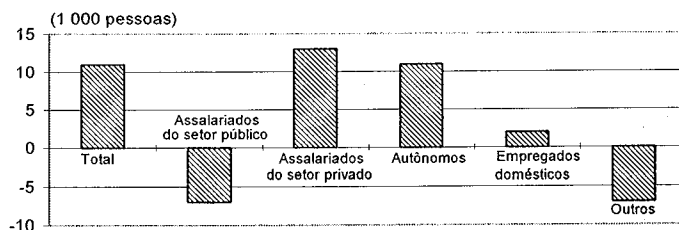


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Outros engloba trabalhadores na construção civil e nos serviços domésticos.

Gráfico 5

**Variação do número de ocupados, por posição na ocupação,
na RMPA — jan.-jul.1996/97**

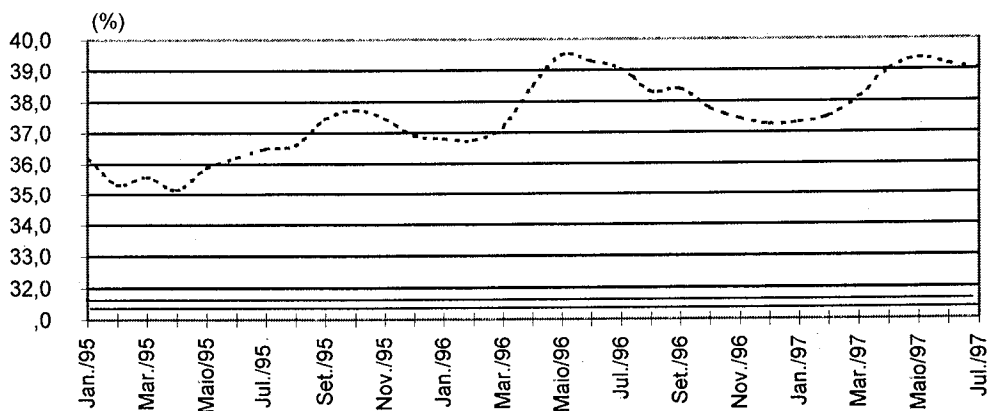


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Outros engloba empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc.

Gráfico 6

Índice de precariedade na RMPA — jan./95-jul./97

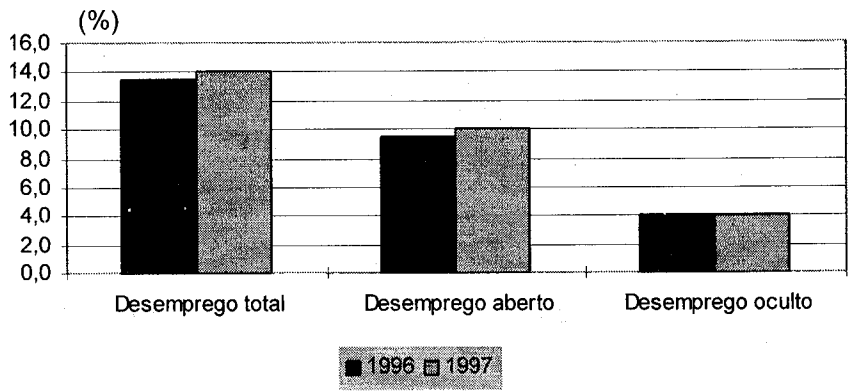


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Participação dos desempregados, empregados do setor privado sem carteira assinada, empregadas domésticas sem carteira assinada e autônomos na PEA.

Gráfico 7

Taxas de desemprego, por tipo, na RMPA — jan.-jul.1996/97



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Tabela 1

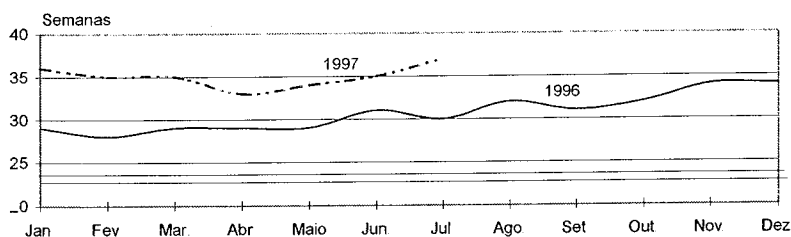
Distribuição percentual dos desempregados, segundo o grau de instrução e a faixa etária, na RMPA — jan-jul./97

GRAU DE INSTRUÇÃO	FAIXAS ETÁRIAS				Total
	10 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 anos e mais	
Sem escolaridade ou 1º grau incompleto	8,3	14,0	17,8	11,8	51,9
1º grau completo ou 2º grau incompleto	4,1	9,8	8,6	3,7	26,2
2º grau completo ou 3º grau incompleto	0,3	8,1	8,0	2,6	19,0
3º grau completo	0,0	0,4	1,7	0,8	2,9
Total	12,7	32,3	36,1	18,9	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Gráfico 8

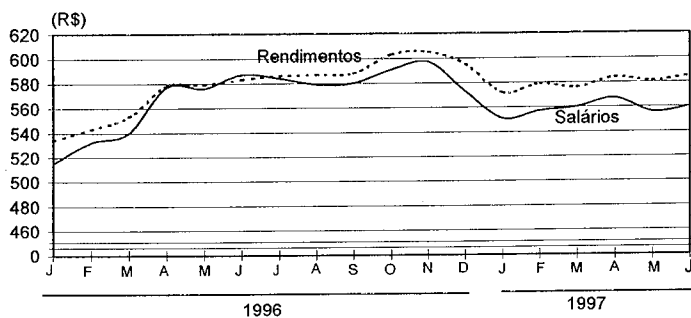
Tempo despendido na procura de emprego, na RMPA — jan./96 - jul./97



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Gráfico 9

Rendimento médio real dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal, na RMPA — jan./96 - jun./97



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores reais de jul./97.

Tabela 2

Rendimento médio real dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal,
por posição na ocupação e setor de atividade econômica,
na RMPA — jan.-jun. 1996/97

DISCRIMINAÇÃO	JAN-JUN/96 (R\$)	JAN-JUN/97 (R\$)	$\Delta\%$ <u>JAN-JUN/96</u> <u>JAN-JUN/97</u>
OCUPADOS (1)	568	580	2,2
Assalariados (2)	564	560	-0,7
Setor privado	484	487	0,7
Indústria	476	481	1,0
Comércio	455	462	1,7
Serviços	511	508	-0,7
Setor público (3)	853	843	-1,2
Autônomos	527	562	5,9
Empregadores	1 422	1 468	3,3

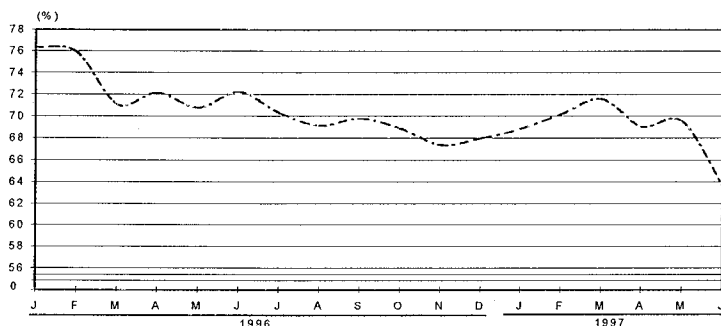
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Foi utilizado como inflator o IPC-IEPE; valores reais de jul./97.

(1) Exclusive assalariados e empregados domésticos que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (2) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos. (3) Engloba empregados nos Governos Municipal, Estadual e Federal, nas empresas de economia mista, nas autarquias e nas fundações.

Gráfico 10

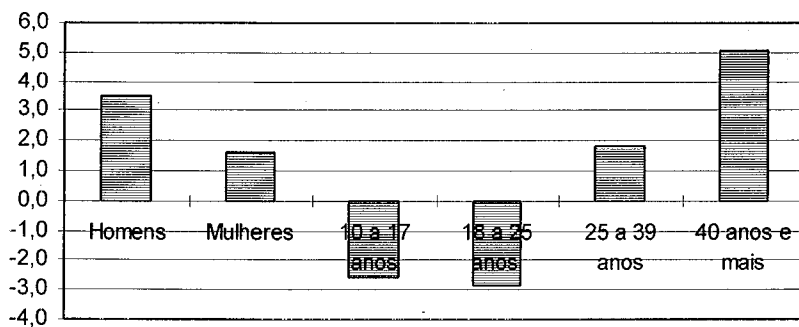
Evolução dos diferenciais de rendimento dos trabalhadores do setor privado com e sem registro em carteira na RMPA — jan./96-jun./97



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Gráfico 11

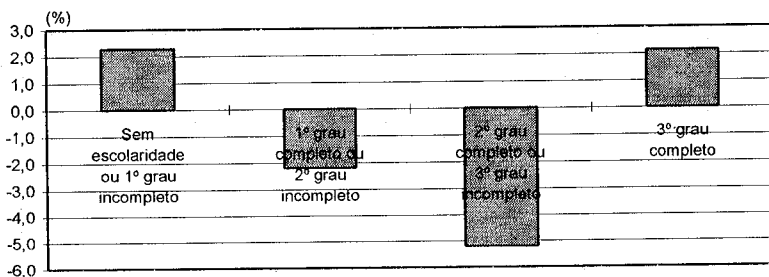
Variação do rendimento real, por sexo e por faixa etária, na RMPA — jan.-jun.1996/97



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Gráfico 12

**Variação do rendimento médio real, por grau de instrução,
na RMPA — jan.-jun.1996/97**



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Bibliografia

- CARTA DE CONJUNTURA IPEA (1997). Rio de Janeiro: IPEA, n.74, ago.
- INFORME PED: PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO (1977). Porto Alegre: FEE, v.6, n.6, jul.
- MERCADO DE TRABALHO: conjuntura e análise (1977). Brasília: IPEA, n.5, jul.
- CHAVES, André L. L. (1977). Mercado de trabalho na RMPA: desempenho ruim em 1996. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.25, n.1, p.84-99.